

diário



Santa Bárbara

sexta-feira

2 de dezembro de 2022 - Ano IX - nº 1.395 - R\$ 1,00

PROJETO APOIADO PELA GSM

Serestas de 0 a 100 resgata alegria e tradição em Galego



Projeto apoiado pela GSM Mineração, o Serestas de 0 a 100 está resgatando a alegria e a tradição na comunidade de Galego, em Santa Bárbara. A iniciativa também permite que os participantes realizem exercícios de aquecimento e técnica vocal, pesquisa de repertório e estudo dos textos, melodia e interpretação das peças selecionadas. - **p.4e5**

AINDA NÃO ESTÁ VALENDO

Revisão da vida toda do INSS é aprovada no STF por 6 votos a 5

Constança Rezende,
Daniela Arcanjo e Luciana
Lazarini

FOLHAPRESS

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu a favor da revisão da vida toda do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em julgamento com votação acirrada de 6 a 5, ontem. O novo julgamento no plenário físico confirmou o placar do plenário virtual, realizado em março de 2022.

A presidente do STF, Rosa Weber, a ministra Cármen Lúcia e os ministros Edson Fachin, Alexandre de Moraes e Ricardo Lewandowski votaram a favor da revisão. Eles seguiram a avaliação do relator do processo, o ministro aposentado Marco Aurélio Mello, que analisou a questão antes de deixar a corte e votou no sentido de que o segurado tem direito ao critério de cálculo que lhe proporcione a maior renda mensal possível, a partir do histórico das contribuições.

Já os ministros Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Luiz Fux, Dias Toffoli e Nunes Marques votaram contra a revisão.

A revisão é feita para incluir salários antigos, pagos em outras moedas, no cálculo das aposentadorias. Segundo especialistas, a medida tem o objetivo de corrigir um erro cometido na reforma da Previdência de 1999: ter criado uma re-

gra de transição mais prejudicial à população do que é a própria regra permanente. Nunes Marques, que votou na sessão de quarta-feira (30), alegou que a regra de transição, que estabelece o início do período de cálculo dos benefícios previdenciários em julho de 1994, é compatível com a Constituição.

Segundo ele, seu afastamento criaria uma situação antisonômica, pois permitiria a coexistência de dois formatos de cálculo para segurados filiados antes de novembro de 1999, quando foi editada a lei questionada.

Já o ministro Alexandre Moraes, que divergiu de Nunes Marques, alegou que a regra de transição beneficia quem já é mais favorecido e não contribui para a redução da desigualdade. Segundo ele, sem a revisão, os que ganham mais serão beneficiados em detrimento dos mais necessitados.

Em março, pouco depois do pedido de destaque do ministro Nunes Marques que levou o processo a ser julgado novamente, o INSS divulgou que a aprovação do entendimento geraria um gasto extra aos cofres públicos de R\$ 360 bilhões em 15 anos, valor ainda maior que o calculado em 2021 pelo instituto, de R\$ 46 bilhões em 10 anos.

Tais números foram questionados pelo Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev) na

ação analisada no Supremo. O ganho nas aposentadorias revisadas seria, em média, de 3,1%, segundo o instituto, valor 25% menor que o estimado pelo INSS. As informações apresentadas, segundo o Ieprev, têm erros metodológicos que incham o impacto financeiro da revisão da vida toda. “Pela maneira que foram divulgadas, consiste mais em uma estratégia que visa criar constrangimento externo nos julgadores, do que, propriamente, em um estudo estatístico”, afirma o instituto.

Não acabou - Os ministros não podem mais mudar seus votos, mas os envolvidos ainda têm direito de entrar com embargos de declaração em até cinco dias após a publicação do acórdão, informou o STF. Essa publicação, por sua vez, deve ser feita em até 60 dias. Nos embargos, o governo poderá, por exemplo, pedir esclarecimentos para definir o alcance da revisão e sua abrangência.

A Advocacia-Geral da União (AGU), que representa o INSS na Justiça, informou que ainda vai analisar possíveis pedidos de modulação, etapa que poderá limitar o alcance da revisão. Somente após essas etapas o julgamento é considerado encerrado, ou seja, haverá o trânsito em jul-

ENTENDA A REVISÃO DA VIDA TODA

Na ação, aposentados pedem que todas as suas contribuições, incluindo as realizadas antes da criação do real, em 1994, sejam consideradas no cálculo da média salarial para aumentar a renda previdenciária.

A reforma da Previdência de 1999 criou duas fórmulas de cálculo para a média salarial (que é a base do valor do benefício):

1. Regra de transição: Para quem já era segurado do INSS até 26 de novembro de 1999.

A média salarial é calculada sobre 80% das maiores contribuições feitas a partir de julho de 1994.

2. Regra permanente: Para quem começou a contribuir com o INSS a partir de 27 de novembro de 1999.

A média é calculada sobre 80% dos mais altos recolhimentos desde o início das contribuições (sem definir a data de início das contribuições).

Com isso, quem já era segurado da Previdência e concentrou seus maiores pagamentos no início da vida profissional, antes da criação do Plano Real, saiu prejudicado.

A REVISÃO DA VIDA TODA SÓ PODE SER APLICADA A BENEFICIÁRIO QUE SE ENCAIXA NOS SEGUINTE REQUISITOS:

- Entrou no mercado formal de trabalho (com carteira assinada ou contribuindo de forma individual) antes de julho de 1994.
- Realizou parte considerável das suas contribuições mais altas ao INSS até julho de 1994 e, depois, concentrou recolhimentos sobre valores mais baixos.
- Recebeu o primeiro pagamento da aposentadoria há menos de 10 anos (prazo máximo para exercer o direito à revisão do benefício).
- Aposentou-se antes do início da última reforma da Previdência, em novembro de 2019.
- Teve o benefício concedido com base nas regras da lei 9.876, de 1999.

QUAL A REGRA PARA OS ATRASADOS

Pela regra, os aposentados têm direito aos atrasados de cinco anos anteriores à data em que fizeram o pedido de revisão ao INSS ou na Justiça. Quem já está com ação judicial tem direito a atrasados dos cinco anos anteriores mais o período de espera até receber o benefício com reajuste. Ou seja, quem entrou com ação há mais tempo consegue um período maior de retroativo.

gado. Para o advogado previdenciário João Badari, o Supremo seguiu o princípio da segurança jurídica em seu julgamento e a vontade do legislador. “Não houve qualquer sinalização dos ministros, nos votos de quem concordou com a tese, quanto a limitar período de atrasados de quem ainda não entrou na Justiça, por exemplo”, afirmou.

Para quem - A revisão da vida toda é uma correção limitada, que

não beneficia qualquer aposentado, mas apenas aqueles que recebiam salários maiores antes de julho de 1994. Além disso, parte dos beneficiados que não foram à Justiça no prazo já pode ter perdido o direito.

Para quem não entrou na Justiça, a correção só pode ser solicitada em até 10 anos, contados a partir do mês seguinte ao primeiro pagamento do benefício. Se o pagamento da primeira aposentadoria foi feito em novembro de 2012, por

exemplo, o prazo para pedir uma revisão de cálculo se encerra em dezembro de 2022.

Outro ponto a se observar é que o benefício precisa ter sido concedido com base nas regras da lei 9.876, de novembro de 1999. Os pagamentos feitos à Previdência em outras moedas antes do real são considerados apenas na contagem do tempo total de contribuições, ou seja, os valores não entram no cálculo da média salarial, que é a base do benefício.

ENTRE SERRAS É UM DOS TIPOS

Queijo Minas é destaque em evento da Unesco no Marrocos até amanhã

O queijo Minas artesanal – incluindo o Entre Serras da Piedade e do Caraça – está sendo exposto e divulgado pelo Governo do Estado e o Federal em um evento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a 17ª Sessão do Comitê Intergovernamental para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, que continua até amanhã em Rabat, capital do Marrocos.

A iniciativa é uma forma de divulgar a futura candidatura dos Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal à Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da Unesco, além de realizar uma maior divulgação do bem cultural brasileiro junto ao público participante e à imprensa internacional.

Estão sendo realizadas, além da exposição, um workshop de experiência imersiva sobre os Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal, degustação de queijos das diversas regiões produtoras – inclusive Santa Bárbara e as outras cidades do Entre Serras –, além de reuniões técnicas.

A ação consolida a parceria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), autarquia federal vinculada à Secretaria Especial da Cultura e ao Ministério do Turismo, com o Governo de Minas, representado por suas secretarias de Cultura e Turismo, de Agricultura e Pecuária e demais instituições parceiras na salvaguarda do bem cultural como a Associação Mineira de Produtores de Queijo Artesanal (Amiqueijo).

A candidatura do que-

jo Minas artesanal, além de reconhecer a diversidade cultural mineira, promoverá mundialmente os saberes e práticas brasileiras, além de potencializar a economia e o turismo nacional.

“Mais que uma reunião de saberes e técnicas, os modos de fazer queijo Minas artesanal e o seu produto sintetizam um conjunto de experiências, símbolos e significados que definem a identidade do bem, reconhecida por todos os brasileiros. Essa candidatura é muito oportuna, pois o título foi revalidado recentemente no Brasil, é um bem que conta com a apropriação dos seus detentores quanto da comunidade contando, além disso, com o relevante incentivo do Governo de Minas Gerais, características condicionantes para a busca pelo reconhecimento mundial”, afirma Larissa Peixoto, presidente do Iphan. “Esse reconhecimento vai projetar ainda mais o queijo Minas artesanal no cenário internacional, promovendo e valorizando esse precioso bem”, completa.

Para o diretor do Departamento do Patrimônio Imaterial do Iphan, Roger Vieira, “a candidatura desse bem é extremamente importante por ser o primeiro bem inscrito no Livro de Registro dos Saberes a se candidatar junto à Unesco, representando os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades”.

Diversidade - Existem hoje cerca de 30 mil produtores de queijos em Minas Gerais e, desse total, aproximadamente 9



Representantes de Minas participam de evento da Unesco divulgando o queijo Minas artesanal

mil são produtores de queijo Minas artesanal com produção aproximada de 40 mil toneladas anuais. Além disso, 112 queijarias estão registradas no Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) com o Selo Arte, o que permite a comercialização dos queijos em todo o território nacional.

São 10 as principais regiões onde o queijo Minas artesanal é produzido, onde o modo de fazer, o clima, o território e a biodiversidade de cada região conferem sabores e qualidades singulares

incorporando nuances e características locais. O resultado é uma diversidade de cores, texturas e sabores que vem conquistando o paladar dos brasileiros e até dos mais exigentes especialistas.

Tanto que, em 2022, seis queijos mineiros conquistaram medalhas no World Cheese Awards, importante concurso europeu que aconteceu desta vez no País de Gales. E, em 2021, os produtores mineiros conquistaram 40 medalhas no concurso internacional Mondial du Fromage

et des Produits Laitiers, realizado na França.

Memória - Em 2002, o Modo de Fazer do Queijo Minas Artesanal foi reconhecido na região do Serro pelo Iphan/MG, sendo o primeiro bem cultural registrado por Minas Gerais como patrimônio imaterial. Em 2008, o Iphan registrou o Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, contemplando três regiões: Serro, Serra da Canastra e Serra do Salitre/Alto Paranaíba.

Em 2021, o Iphan al-

terou o título do bem cultural para Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal, ampliando o território de abrangência do registro para as regiões identificadas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG). As novas regiões identificadas foram: Araxá, Campo das Vertentes, Serras do Ibitipoca, Triângulo de Minas, Diamantina e Entre Serras da Piedade e do Caraça – que inclui a região de Santa Bárbara e Barão de Cocais.

COM APOIO DA GSM MINERAÇÃO

Projeto Serestas de 0 a 100 resgata alegria e tradição na comunidade de Galego

Os moradores da comunidade do Galego, em Santa Bárbara, não escondem a alegria de participar do projeto Serestas de 0 a 100, patrocinado pela GSM Mineração, por meio da Lei de Incentivo à Cultura. O projeto teve início no mês de abril deste ano, permitindo que as 30 pessoas inserissem na rotina ensaios acompanhados de instrumentos típicos da atividade de seresta, como violão e pandeiro. Além de resgatar a tradição da seresta, a iniciativa permitiu que os participantes reali-

zassem exercícios de aquecimento e técnica vocal, pesquisa de repertório e estudo dos textos, melodia e interpretação das peças selecionadas.

A aposentada Expedita Gândara da Rocha, 70 anos, diz ter profunda alegria em participar do grupo de seresta e garante que até a saúde dela melhorou. “Eu cantava dentro de casa, lavando roupa. Eu canto o dia inteiro aqui dentro. Quando começou esse projeto eu fui e te falo que até a minha saúde melhorou para minha cabeça, meu

corpo. Eu estou mais feliz e a gente sente isso também aqui no Galego. Música é vida e o trabalho está fazendo a gente sair de casa, aprender novas coisas”, conta, entusiasmada.

Uma experiência marcante para Expedita Gândara foi a apresentação no distrito de Acuruí, em Itabirito. “Foi muito lindo, a gente foi cantando dentro do ônibus. Tivemos uma recepção maravilhosa. Nós cantamos lá com o grupo de seresta deles. Esse projeto mudou a minha vida. Eu tenho 70, então eu tenho mais

30 anos para continuar a participar. Eu tinha medo de ficar uma velha sozinha dentro de casa. Esse projeto trouxe mais amor e saúde para a minha vida”, assegura.

O vigilante Geovani Marques Silva, 33 anos, é só felicidade por ter aprendido a tocar violão “pra valer”. “Eu tocava mais ou menos e o pessoal do projeto [Serestas de 0 a 100] me ensinou mesmo. Esse Serestas resgatou a alegria aqui no Galego e a seresta com boas músicas. É uma alegria quando a gente se re-

úne para cantar”, afirma. Geovani Silva destaca ainda que o projeto “renovou” sua vida, em um momento difícil que enfrentava. “Sofri um acidente de moto quando voltava do trabalho. Eu estava na cama, sem poder andar. Em abril, quando o projeto iniciou, me animei a ir com o violão e foi um ânimo na minha vida. Só alegria que esse projeto me trouxe. Cantar e tocar no Serestas de 0 a 100 é só felicidade. A minha recuperação foi até mais rápida”, relata o vigilante.





COM APOIO DA GSM MINERAÇÃO

Coordenador diz que Galego abraçou o projeto e ‘tem sede de cantar’

O coordenador do Serestas de 0 a 100, Daniel Rodrigues, explicou ao **Diário** que os próprios moradores fizeram o projeto se desenvolver rapidamente na comunidade de Galego. “Esse projeto surgiu em meados de 2020, quando tivemos a oportunidade de inscrevê-lo na Lei Federal de Incentivo à Cultura. E vimos a oportunidade de propor esse resgate nos distritos de Gale-

go, em Santa Bárbara, e Acuruí, em Itabirito. Eu digo que em Galego o povo recebeu a gente muito bem. O pessoal veio com muita sede de querer cantar. As reuniões lá já começaram cheias de pessoas. O povo lá é muito animado. Passamos nove meses em Galego fazendo esse trabalho de resgate”, comentou.

Daniel Rodrigues disse ainda que o trabalho é o res-

gate dos músicos da comunidade com seus instrumentos e ensinando as pessoas a entonação dos cantos. “Estamos levando as músicas para eles aprenderem e estamos sempre recebendo deles sugestões de algumas músicas e construímos um trabalho juntos”, relatou.

O coordenador do projeto falou da trajetória para iniciar os trabalhos na comunidade

de Galego. “Nosso primeiro passo foi fazer um movimento da apresentação do projeto. As pessoas do Galego gostam muito de música. Fizemos uma mobilização que partiu do zero em Galego e, com isso, foi aparecendo um que tocava violão e cada vez mais pessoas foram aderindo. Hoje, temos em média 30 integrantes. O Grupo Serestas de 0 a 100 tem muita presen-

ça de crianças e idosos, isso fica evidente na diversidade”.

Daniel Rodrigues disse que o sentimento dele pelo projeto é de alegria. “Nosso sentimento é de gratidão e eles deixam isso muito claro. Eles estão felizes com a proposta e com o projeto. O povo está lá por amor. De ambas as partes, da nossa equipe e do pessoal que vai lá para cantar”, enfatizou.

Encontro de Serestas marcou trabalho realizado nas comunidades

No final do mês de novembro, foi realizado um encontro em Galego entre os grupos de serestas das duas comunidades contempladas pelo projeto – a de Santa Bárbara e a de Acuruí, em Itabirito –, com eventos que aconteceram nas duas

localidades, para fortalecimento dos pilares essenciais deste projeto, que são a socialização e a disseminação da prática.

Os encontros marcam o resultado de um intenso ano de trabalho que promoveu, por meio da musicalização, a oportu-

nidade de convivência, integração social, bem-estar e, principalmente, o resgate cultural, que tem o objetivo de perpetuar essa prática a partir da sustentação do cancionário popular nas comunidades.

Para compor os grupos, fo-

ram convidados representantes da sociedade civil dos distritos de Acuruí, em Itabirito, e Galego, em Santa Bárbara, ambos tricentenários.

Ao longo de 2022, crianças, jovens, adultos e idosos tiveram a oportunidade de partici-

par de oficinas de musicalização e de grupos seresteiros, ampliando a convivência, a integração social e a motivação para novos aprendizados a partir do despertar prático que o processo de musicalização provoca nas pessoas.

EVENTO PROMOVIDO PELA AMIG

Lançamento de livro sobre as origens da Vale reúne 80 cidades em Itabira

Jairo Ventura

DA REDAÇÃO

Com a presença de representantes de 80 cidades – a maioria ligada à mineração –, a Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (Amig) lançou, ontem de manhã, a edição fac-símile do livro “A concessão Itabira Iron – A origem da Vale e os primórdios da indústria da mineração no Brasil”. O lançamento ocorreu no teatro do Centro Cultural de Itabira.

O livro original é do professor Clodomiro de Oliveira e foi lançado em 1934. É visto como obra-prima para a história da mineração no Brasil. O autor nasceu em Conceição do Mato Dentro em 9 de novembro de 1868, quando a atual cidade se chamava Conceição do Serro. Ele morreu em 10 de agosto de 1935, no Rio de Janeiro, um ano após o lançamento do livro. Clodomiro de Oliveira era tio de José Aparecido de Oliveira, pai de José Fernando Aparecido de Oliveira, atual presidente da Amig e prefeito de Conceição do Mato Dentro.

O consultor da Amig Waldir Salvador deu a dimensão exata da importância do livro. “Esse livro tem que ser igual Bíblia debaixo do braço de padre e de pastor”.

O presidente da Amig acompanhou o raciocínio do consultor. “Esse livro vai colocar luz em trevas e fazer o posicionamento necessário, sobretudo, para Minas Gerais”, afirmou ele.

Ainda durante o lançamento, José Fernando leu trechos do livro. Segundo ele, em 80 anos,



Lançamento da reedição do livro “A concessão Itabira Iron - A origem da Vale” reuniu prefeitos das cidades mineradoras

Itabira exportou cerca de 2,5 bilhões de toneladas de minério de ferro “para o mundo”. Apesar disso, criticou José Fernando, Itabira não tem aeroporto nem rodovia duplicada. “É inaceitável que Itabira não tenha uma estrada duplicada, é inaceitável. Itabira não ter aeroporto. Até Conceição do Mato Dentro tem aeroporto, Angelo, você já desceu lá. Itabira, com 2,5 bilhões de toneladas de mi-

nério exportadas, não tem uma estrada duplicada. Como é que vai atrair investimento para diversificar sua economia?”, questionou José Fernando, citando o prefeito de Ouro Preto, Angelo Oswaldo (PV), que também estava no lançamento.

O presidente da Amig criticou também a Lei Kandir, vista como prejudicial para as cidades mineradoras. Basicamente, a lei acabou com o

ICMS sobre exportações. A Amig já enviou um manifesto ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pedindo a revisão da lei.

O prefeito ouro-preitano afirmou que o relançamento do livro era um “sonho” do pai de José Fernando. Contundente, Angelo Oswaldo criticou a resistência da Vale em negociar uma dívida de R\$ 2.319.646.823,14 com 28 cidades brasilei-

ras, em valores apurados até maio deste ano por um grupo de trabalho da Agência Nacional de Mineração (ANM). Ouro Preto tem direito de receber R\$ 411.431.422,38. Itabira, R\$ 39.566.805,32.

Angelo Oswaldo chamou a Vale de “arrogante”, por não aceitar negociar, e o Estado de “omisso”. O prefeito Marco Antônio Lage, anfitrião do encontro, não fez críticas à Vale, mas

frisou que a própria empresa e governos municipais anteriores já deveriam ter iniciado a discussão sobre a diversificação há muito tempo.

Ao se referir a Itabira, o prefeito usou o termo “minerada” e não “mineradora”, que era o mais comum em outros encontros realizados sobre as cidades com empresas de mineração. O livro será lançado também em Belo Horizonte.

Jairo Ventura

TECNOLOGIA QUASE INACREDITÁVEL

Bola da Copa do Mundo do Qatar precisa ser recarregada na tomada

Claudinei Queiroz

FOLHAPRESS

Um foto publicada no Reddit, uma rede social de fóruns, espantou o mundo do futebol nesta semana: a imagem de bolas de futebol dentro de sacos plásticos sobre bases de carregamento por indução, que, por sua vez, estão ligadas a tomadas. É como se em vez de bolas fossem smartphones. A questão que surgiu é: por que as bolas precisam ser carregadas?

A Al-Rihla, o 14º modelo fornecido pela Adidas em Copas do Mundo, é a primeira bola a conter um sensor interno que permite rastreá-la em tempo real, com câmeras posicionadas ao redor do campo ajudando os árbitros a determinar o impedimento e outras decisões controversas.

É o que ficou conhecido como impedimento semiautomático, que já cancelou vários gols na Copa do Mundo do Qatar por centímetros.

O sensor, de apenas 14 gramas, é alimentado por uma pequena bateria, que a Adidas afirma que pode durar seis horas de uso efetivo ou até 18

dias quando não são usadas. E para carregar essa bateria é que a base de carregamento por indução é necessária, uma vez que a bola é selada.

Já se foi o tempo em que apenas uma bomba de ar e um bico eram necessários para manter uma bola de futebol perfeita para ser usada em uma partida. Novos equipamentos se tornaram indispensáveis, tanto dentro quanto fora do campo de jogo.

“Sempre que a bola é chutada, cabeçada, lançada ou até mesmo tocada, o sistema a capta a 500 quadros por segundo”, disse Maximilian Schmidt, cofundador e diretor administrativo da Kinexon, que fabricou o sensor.

“Os dados são enviados em tempo real de sensores para um sistema de posicionamento local (LPS), que envolve uma configuração de antenas de rede instaladas ao redor do campo de jogo que recebem e armazenam os dados para uso imediato”, completou.

Foi essa tecnologia que tirou um gol do português Cristiano Ronaldo contra o Uruguai. Na segunda-feira (28), Bruno Fernandes cruzou para



Bolas da Copa do Qatar precisam ser “recarregadas”

a área e Cristiano Ronaldo subiu para cabecear. A bola seguiu sua trajetória e acabou entrando no canto esquerdo do goleiro Sergio Rochet.

O atacante português saiu para comemorar seu segundo gol na Copa do Mundo do Qatar, o que seria seu nono em Mundiais, igualando a marca de Eusébio. No entanto, instantes mais tarde, a Fifa anunciou que o gol havia sido creditado para Bruno Fernandes.

Como o lance da cabeçada de Cristiano Ronaldo ganhou repercussão na imprensa e nas redes sociais, a Adidas divulgou uma nota esclarecendo a situação. “Usando a Tecnologia de Bola Conectada instalada na bola oficial do jogo, a Al Rihla, da Adidas, somos capazes definitivamente de mostrar que não houve contato de Cristiano Ronaldo com a bola no gol de abertura da partida. Nenhuma força externa na bola pôde ser medida, conforme mostrado pela falta de uma ‘batida’ em nossas medições. O sensor IMU de 500Hz dentro da bola nos permite ser altamente precisos em nossa análise”, disse o comunicado publicado na imprensa europeia.

SANTA BÁRBARA /
BARÃO DE COCAIS

KUIKI RESOLVE

BELO HORIZONTE
E REGIÃO

(31) 98030-2368

EDITAL PUBLICADO SÓ EM JORNAL DE BH

Vale abre prazo para pedido de audiência pública da obra na barragem Porteirinha

Vale publicou edital para pedido de audiência pública sobre a obra de reforço e adequação do sistema extravasor da barragem Porteirinha, em Santa Bárbara, mas não informa adequadamente o local para encaminhamento da solicitação e nem o prazo. O edital foi publicado na página 17 da edição de ontem do jornal O Tempo, de Belo Horizonte, mas apenas informa que o local para “formalizar” a solicitação da audiência pública é “local estabelecido pela publicação no Minas Gerais” – dando a entender, indiretamente, que trata-

se de outro edital publicado no diário oficial eletrônico do Estado, o Minas Gerais, sem citar data em que foi realizada essa outra publicação ou pelo menos o link.

A mineradora usou a mesma estratégia no caso do prazo, mencionando textualmente: “dentro do prazo até (prazo estabelecido pela publicação no ‘Minas Gerais’ – no mínimo quarenta e cinco dias)”. O edital publicado ontem em O Tempo cita que para a obra de reforço do extravasor da barragem Porteirinha haverá “superessão de vegetação primária ou secundária



foto Vale / divulgação

Porteirinha teve estado de emergência encerrado no dia 16 de novembro

nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica, em estágios médio e/ou avançado de regeneração”.

A Vale diz na publicação de ontem que, para as obras na barragem, já apresentou os estudos de impacto ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) – disponível para consulta por qualquer pessoa no site “vale.com/projetosmg”.

Também é citado no edital que a supressão de vegetação devido às obras está “sujeita a EIA/Rima” nos termos da lei federal 11.428, de 22 de dezembro de 2006, exceto árvores isoladas.



SANTA BÁRBARA 318 ANOS

VIDA LONGA A ESSA
TERRA ABENÇOADA

Parabéns, Santa Bárbara, por esses mais de três séculos de muito chão percorrido ao lado de uma padroeira pronta para guiar seu povo através das tempestades, trazendo sempre um amanhã ensolarado.



Acesse o QR Code para assistir ao depoimento do João na íntegra.



ANGLOGOLDASHANTI

Tenho orgulho de ser cidadão desta cidade e de fazer parte de sua história 🥰

João Bosco Carneiro Lopes

Técnico Administrativo • Operações CDS
Santa-Barbarenses com 32 anos de AngloGold Ashanti

2 Pontos